

**ENQUADRAMENTOS
MIDIÁTICOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA IMPRENSA
BRASILEIRA: ENTRE
VISIBILIDADE SOCIAL E
INVISIBILIDADE
PEDAGÓGICA (2021–2025)**

**MEDIA FRAMING OF SPECIAL EDUCATION IN THE BRAZILIAN PRESS:
BETWEEN SOCIAL VISIBILITY AND PEDAGOGICAL INVISIBILITY (2021–
2025)**

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas • 18/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/773821985](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/773821985)

Renata Maria Pontes Cabral de Medeiros¹

Relma Urel Carbone Carneiro²

RESUMO

Este artigo analisa como a educação de estudantes público-alvo da educação especial tem sido representada na grande imprensa brasileira no período de 2021 a 2025. Parte-se do pressuposto de que a mídia atua como instância de produção simbólica que contribui para a construção de sentidos sociais sobre a inclusão escolar. O objetivo do estudo foi identificar os principais enquadramentos discursivos mobilizados nas reportagens e examinar suas aproximações e distanciamentos em relação à produção acadêmica da área da Educação Especial. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza documental, fundamentada na análise discursiva de reportagens publicadas em veículos de grande circulação nacional. O corpus foi composto por 11 reportagens selecionadas a partir de busca sistemática em portais jornalísticos. A análise permitiu identificar quatro enquadramentos discursivos predominantes: discurso da superação individual, discurso da crise estrutural da inclusão, discurso técnico-político e discurso institucional-informativo. Os resultados indicam que, embora a educação inclusiva ocupe espaço significativo na agenda midiática, sua representação pública tende a privilegiar dimensões sociais, administrativas e quantitativas da inclusão. Como consequência, aspectos relacionados à aprendizagem, ao currículo e às práticas pedagógicas aparecem de forma marginal nas narrativas jornalísticas. Conclui-se que a cobertura midiática produz uma assimetria entre visibilidade social da inclusão e invisibilidade pedagógica de seus processos educativos, apontando para a necessidade de ampliar a circulação pública de debates sobre ensino e aprendizagem em contextos inclusivos.

Palavras-chave: Educação especial; educação inclusiva; mídia; enquadramento discursivo; debate público.

ABSTRACT

This article analyzes how the education of students identified as the target population of special education has been represented in major Brazilian newspapers between 2021 and 2025. The study is based on the assumption that the media functions as a symbolic arena that contributes to the social construction of meanings about inclusive schooling. The objective was to identify the main discursive frames mobilized in journalistic reports and to examine their convergences and tensions with the academic production in the field of Special Education. This qualitative study is based on documentary research and discursive analysis of news reports published in nationally circulated media outlets. The corpus consisted of 11 reports selected through a systematic search in journalistic portals. The analysis identified four predominant discursive frames: individual overcoming, structural crisis of inclusion, technical-political discourse, and institutional-informative discourse. The findings indicate that, although inclusive education has gained significant visibility in the media agenda, its public representation tends to emphasize social, administrative, and quantitative dimensions of inclusion. As a result, pedagogical aspects such as learning processes, curriculum organization, and teaching practices appear marginally in journalistic narratives. The study concludes that media coverage produces an asymmetry between the social visibility of inclusion and the pedagogical invisibility of its educational processes, highlighting the need to broaden public debate on teaching and learning in inclusive contexts.

Keywords: Special education; inclusive education; media discourse; framing; public debate.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação especial brasileira tem sido atravessada por transformações normativas, políticas e pedagógicas que consolidaram o paradigma da educação inclusiva como princípio orientador das políticas educacionais. A ampliação da matrícula de estudantes público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular, impulsionada por marcos legais nacionais e compromissos internacionais assumidos pelo país, reconfigurou não apenas a organização das redes de ensino, mas também os termos do debate público acerca do direito à educação.

O crescimento expressivo das matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em classes comuns ampliou a visibilidade social da inclusão escolar, deslocando o tema do campo especializado da Educação Especial para a esfera pública mais ampla. Nesse movimento, a grande imprensa assume papel relevante na produção e circulação de sentidos sobre a inclusão, influenciando percepções coletivas acerca de seus desafios, limites e possibilidades.

A mídia, entendida como instância de construção discursiva da realidade social, não se limita à função informativa, mas opera por meio de processos de seleção temática e enquadramento interpretativo, conferindo centralidade a determinados aspectos do fenômeno educacional em detrimento de outros. Ao noticiar a educação inclusiva, os veículos jornalísticos contribuem para a formação de representações sociais sobre a escolarização de estudantes público-alvo da educação especial, frequentemente privilegiando narrativas individualizadas, conflitos institucionais ou indicadores quantitativos de expansão do acesso.

Entretanto, tais abordagens nem sempre dialogam diretamente com a produção acadêmica da área da Educação Especial, que tem enfatizado a centralidade das dimensões pedagógicas, curriculares e institucionais para a efetivação da inclusão escolar. Enquanto a imprensa tende a destacar o acesso, a convivência social e as dificuldades operacionais das redes de ensino, a literatura especializada problematiza a reorganização do trabalho docente, a avaliação, o currículo e as práticas de ensino como condições estruturantes da aprendizagem.

Configura-se, assim, uma tensão discursiva: de um lado, uma narrativa midiática que associa a inclusão à ampliação do acesso e à gestão de recursos; de outro, um campo acadêmico que compreende a inclusão como processo pedagógico complexo, dependente da transformação das práticas escolares. Essa diferença de enfoques não constitui mera divergência interpretativa, mas pode influenciar o debate público, as expectativas sociais dirigidas à escola e as próprias condições de formulação e implementação de políticas educacionais.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar como a educação de estudantes público-alvo da educação especial tem sido abordada na grande imprensa brasileira no período de 2021 a 2025, identificando os principais enquadramentos discursivos mobilizados e examinando suas aproximações e distanciamentos em relação aos fundamentos pedagógicos consolidados na produção acadêmica da área. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza documental, fundamentada na análise discursiva de reportagens publicadas em veículos de grande circulação nacional, articulada à revisão de literatura sobre educação inclusiva e mídia.

Ao problematizar os sentidos produzidos pela imprensa sobre a educação especial, o estudo busca contribuir para a compreensão das relações entre mídia, educação e produção social do conhecimento educacional, evidenciando os limites e as potencialidades do debate público sobre inclusão escolar e ressaltando a necessidade de maior visibilidade das dimensões pedagógicas que sustentam a escolarização inclusiva.

Assim, a questão que orienta esta investigação é: quais sentidos sobre a educação especial e a inclusão escolar são produzidos pela grande imprensa brasileira e em que medida esses sentidos convergem ou tensionam os fundamentos pedagógicos consolidados na produção acadêmica da área?

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR: FUNDAMENTOS TEÓRICOS (VERSÃO REFINADA)

A educação especial, no contexto brasileiro contemporâneo, encontra-se estruturada sob o paradigma da educação inclusiva, compreendido não apenas como diretriz normativa, mas como reconfiguração epistemológica do modo de compreender a escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial. A consolidação desse paradigma representa a superação progressiva de modelos segregadores e integracionistas, deslocando o foco da adaptação do estudante às estruturas escolares para a transformação da própria escola como condição de garantia do direito à educação.

A partir da década de 1990, em consonância com movimentos internacionais que reafirmaram a educação como direito universal, a educação especial passou a ser concebida no Brasil como

modalidade transversal aos diferentes níveis e etapas da educação básica, articulada à escolarização em classes comuns. Esse entendimento foi consolidado com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que estabelece a matrícula dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular, associada à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte complementar e não substitutivo à escolarização.

Entretanto, a literatura da área tem enfatizado que a inclusão escolar não se reduz à presença física do estudante na escola comum. Mantoan (2003, 2015) sustenta que a inclusão implica ruptura com concepções tradicionais de ensino pautadas na homogeneização dos sujeitos, exigindo a reorganização do currículo, da avaliação e das práticas pedagógicas. Nessa perspectiva, a diversidade deixa de ser concebida como exceção a ser administrada e passa a constituir elemento estruturante do processo educativo.

De modo convergente, Glat e Pletsch (2011) e Mendes (2010) destacam que a efetivação da inclusão depende da construção de práticas pedagógicas diferenciadas, do planejamento colaborativo entre professores da classe comum e profissionais da educação especial, bem como da articulação entre ensino regular e AEE. A inclusão, portanto, configura-se como processo institucional que envolve a reorganização do trabalho docente, a revisão das estratégias de ensino e a construção de culturas escolares comprometidas com a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Bueno (2008), ao problematizar a expansão das matrículas da educação especial nas classes comuns, adverte que o avanço quantitativo do acesso não garante, por si só, processos de escolarização que assegurem aprendizagem e participação plena. Tal reflexão desloca o debate contemporâneo da ampliação do acesso para a qualidade dos processos pedagógicos desenvolvidos nas escolas. O desafio central da inclusão, nesse sentido, não reside apenas na matrícula, mas na construção de condições didático-pedagógicas que possibilitem trajetórias escolares significativas.

Nesse cenário, ganham relevância perspectivas como o Desenho Universal para a Aprendizagem e as práticas colaborativas, que propõem a ampliação dos repertórios pedagógicos e a flexibilização curricular como estratégias para atender à diversidade presente nas salas de aula. A formação inicial e continuada de professores emerge, assim, como elemento estruturante da inclusão escolar, na medida em que a diversidade exige não apenas recursos adicionais, mas transformação das concepções de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a produção acadêmica da área da Educação Especial converge para a compreensão de que a inclusão escolar constitui processo pedagógico e institucional complexo, cuja efetivação depende da reconfiguração das práticas escolares e da superação de modelos centrados na normalização dos sujeitos. Essa centralidade da dimensão pedagógica torna-se particularmente significativa quando confrontada com outros espaços de produção discursiva, como a mídia, nos quais o fenômeno inclusivo pode ser interpretado prioritariamente a partir de suas dimensões administrativas, quantitativas ou morais.

3. MÍDIA, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOCIAIS (VERSÃO REFINADA)

A mídia ocupa posição central na constituição do debate público contemporâneo, atuando não apenas como meio de difusão de informações, mas como instância de produção simbólica e construção social da realidade. Ao selecionar temas, definir prioridades e organizar narrativas, os meios de comunicação participam da elaboração de quadros interpretativos que orientam a compreensão coletiva dos fenômenos sociais.

No campo educacional, essa dinâmica manifesta-se na definição das pautas consideradas socialmente relevantes e na atribuição de sentidos a problemas, responsabilidades e soluções vinculadas à escola. Estudos no campo da comunicação indicam que a mídia opera por meio de processos de agenda-setting, ao estabelecer quais temas devem ser percebidos como prioritários no debate público, e de framing (enquadramento), ao organizar esses temas a partir de determinadas perspectivas interpretativas que enfatizam alguns aspectos da realidade e marginalizam outros.

O enquadramento jornalístico não constitui mera representação neutra dos acontecimentos, mas uma construção discursiva que articula valores sociais, expectativas coletivas e lógicas próprias do campo midiático. Nesse sentido, as reportagens educacionais não apenas informam sobre a realidade escolar, mas contribuem para a produção de representações sociais que influenciam tanto a opinião pública quanto a formulação e a recepção de políticas educacionais.

No caso da educação especial e da educação inclusiva, a crescente presença do tema na mídia relaciona-se à expansão das matrículas

de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns e à intensificação dos debates sobre o direito à inclusão. Essa visibilidade amplia o reconhecimento social da inclusão escolar, mas também tende a simplificar um fenômeno que, do ponto de vista educacional, envolve múltiplas dimensões pedagógicas, institucionais e culturais.

A lógica jornalística, orientada pela necessidade de síntese e pela busca de narrativas de impacto, favorece abordagens centradas em histórias individualizadas, situações de conflito ou indicadores quantitativos que tornam o fenômeno inteligível ao público amplo. Como consequência, aspectos complexos relacionados à organização curricular, às estratégias pedagógicas e à avaliação da aprendizagem tendem a ocupar espaço secundário no discurso midiático.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da teoria das representações sociais, segundo a qual determinados modos de interpretar a realidade tornam-se socialmente compartilhados e estabilizados no espaço público. Ao reiterar determinadas narrativas — como a superação individual, a crise estrutural ou o avanço quantitativo da inclusão — a mídia contribui para consolidar imagens socialmente reconhecidas sobre o que significa incluir.

Desse modo, a análise do discurso midiático permite compreender não apenas a presença da educação especial na agenda jornalística, mas os modos pelos quais o fenômeno é simbolicamente estruturado e oferecido à interpretação social. Ao confrontar esses enquadramentos com a produção acadêmica da Educação Especial, torna-se possível identificar aproximações e distanciamentos entre o

debate público e os fundamentos pedagógicos que sustentam a inclusão escolar.

A mídia, portanto, não deve ser concebida como instância externa ao campo educacional, mas como espaço constitutivo das disputas simbólicas em torno do significado da inclusão. Investigar seus discursos significa analisar como determinados sentidos se estabilizam socialmente, influenciando expectativas dirigidas à escola, aos professores e às políticas públicas.

4. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza documental e analítico-interpretativa, ancorada na análise discursiva de textos jornalísticos. Parte-se do pressuposto de que reportagens constituem documentos sociais que não apenas registram acontecimentos, mas produzem sentidos e participam da construção simbólica da realidade educacional. Assim, o corpus midiático é compreendido como material legítimo para investigação no campo das pesquisas em Educação, especialmente quando se pretende analisar representações sociais e enquadramentos discursivos.

4.1. Delimitação e Constituição do Corpus

O corpus foi composto por reportagens publicadas entre janeiro de 2021 e maio de 2025 em veículos de grande circulação nacional, selecionados com base em três critérios:

1. alcance nacional e ampla audiência;
2. presença recorrente de cobertura educacional;

3. diversidade editorial.

Foram incluídos:

- G1/Grupo Globo
- Folha de S.Paulo
- Jornal de Brasília
- Agência Brasil
- Revista Fórum

Os veículos selecionados apresentam perfis editoriais distintos e ampla circulação nacional, o que possibilita observar diferentes formas de enquadramento jornalístico do tema da inclusão escolar. O portal G1, pertencente ao Grupo Globo, constitui um dos principais portais de notícias do país, com grande alcance digital e cobertura ampla de temas educacionais. A Folha de S.Paulo é um dos jornais de maior circulação nacional e possui tradição na cobertura de políticas públicas e debates educacionais. O Jornal de Brasília foi incluído por apresentar cobertura frequente de temas educacionais relacionados a políticas públicas e dados do Censo Escolar. A Agência Brasil, vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), caracteriza-se como agência pública de notícias responsável pela divulgação de informações institucionais e dados oficiais. Já a *Revista Fórum* representa veículo digital de opinião e análise política, permitindo observar como a temática da educação inclusiva também é abordada em espaços jornalísticos de interpretação e debate público.

A diversidade desses veículos contribui para ampliar a compreensão dos enquadramentos midiáticos da educação especial, contemplando diferentes formatos de produção jornalística e perspectivas editoriais.

A escolha não pretendeu representar todo o espectro midiático brasileiro, mas compor amostra intencional que contemplasse diferentes perfis editoriais e formatos de cobertura jornalística.

A identificação das reportagens ocorreu por meio de busca sistemática nos portais oficiais dos veículos, utilizando combinações das seguintes palavras-chave:

- “educação especial”
- “educação inclusiva”
- “alunos com deficiência”
- “transtorno do espectro autista”
- “Censo Escolar” e “inclusão”
- “mediador escolar”
- “profissional de apoio”

A busca resultou inicialmente em 32 reportagens. Após leitura preliminar e aplicação dos critérios de elegibilidade, o corpus final foi constituído por 11 reportagens, consideradas suficientes para identificação de padrões discursivos recorrentes, atingindo saturação temática em relação aos enquadramentos identificados.

4.2. Recorte Temporal

O recorte temporal da pesquisa compreende o período entre 2021 e 2025. A escolha desse intervalo justifica-se por três razões principais. Em primeiro lugar, trata-se de período recente, no qual a educação inclusiva ganhou maior visibilidade no debate público brasileiro, especialmente em função do crescimento expressivo das matrículas de estudantes público-alvo da educação especial nas classes comuns da educação básica, amplamente divulgado pelos dados do Censo Escolar. A expansão dessas matrículas, particularmente de estudantes com transtorno do espectro autista, passou a ocupar espaço recorrente na cobertura jornalística, ampliando a presença do tema na agenda midiática.

Em segundo lugar, o período selecionado corresponde a fase marcada por intensificação de debates públicos e institucionais sobre a implementação das políticas de educação inclusiva no país, incluindo discussões sobre profissionais de apoio, judicialização do acesso a mediadores escolares e condições estruturais das redes de ensino para garantir a escolarização de estudantes com deficiência.

Por fim, a delimitação entre 2021 e 2025 permite analisar a cobertura midiática em um intervalo suficientemente recente para refletir o cenário contemporâneo da educação inclusiva no Brasil, ao mesmo tempo em que possibilita identificar padrões discursivos relativamente estáveis nas narrativas jornalísticas sobre o tema. Assim, o recorte temporal adotado contribui para a análise das representações atuais da educação especial na grande imprensa brasileira.

4.3. Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram incluídas:

- reportagens informativas (excluindo-se editoriais e colunas opinativas);
- matérias cujo foco central fosse a escolarização de estudantes público-alvo da educação especial;
- textos que apresentassem dados, narrativas ou análises diretamente vinculadas à inclusão escolar.

Foram excluídas:

- matérias predominantemente jurídicas;
- textos opinativos ou de natureza editorial;
- reportagens em que a inclusão aparecesse apenas como menção periférica.

4.4. Referencial Analítico e Procedimentos

A análise foi conduzida a partir de abordagem qualitativa de análise discursiva, orientada pela identificação de regularidades semânticas, narrativas e enunciativas nos textos jornalísticos.

O procedimento analítico ocorreu em quatro etapas:

1. Leitura integral e exploratória do corpus;
2. Construção de matriz analítica preliminar, com identificação de eixos recorrentes (acesso, estrutura, narrativa individual, política pública);

3. Releitura sistemática e codificação temática;

4. Consolidação das categorias analíticas finais.

As categorias — discurso da superação individual, discurso da crise estrutural, discurso técnico-político e discurso institucional-informativo — emergiram da análise indutiva do corpus, sendo posteriormente refinadas à luz do referencial teórico mobilizado.

Foram considerados, como indicadores analíticos:

- escolhas lexicais predominantes;
- metáforas e expressões recorrentes;
- tipos de fontes citadas;
- foco narrativo predominante;
- solução implícita sugerida pela reportagem;
- centralidade atribuída à dimensão pedagógica.

A análise não teve caráter estatístico, mas interpretativo, buscando identificar padrões de construção discursiva que estruturam a representação social da educação inclusiva na imprensa.

4.5. Validação Interpretativa

Para assegurar consistência analítica, o corpus foi submetido a leituras sucessivas, com revisão das categorias à medida que novas recorrências eram identificadas. A saturação temática foi considerada alcançada quando não emergiram novos

enquadramentos relevantes após a análise da décima primeira reportagem.

4.6. Limites da Pesquisa

Reconhece-se que o corpus constitui amostra intencional e qualitativa, não representando a totalidade das publicações sobre educação especial no período analisado. O estudo também se restringiu ao conteúdo textual das reportagens, não contemplando imagens, comentários de leitores ou repercussões em redes sociais, dimensões que podem ser exploradas em investigações futuras.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das reportagens publicadas entre 2021 e 2025 evidencia que a educação de estudantes público-alvo da educação especial ocupa posição consolidada na agenda midiática brasileira. Entretanto, essa presença não se configura de maneira neutra ou homogênea. Ao contrário, observa-se a recorrência de enquadramentos discursivos relativamente estáveis, por meio dos quais a inclusão escolar é interpretada, organizada e oferecida à compreensão pública.

À luz do referencial teórico adotado, tais enquadramentos podem ser compreendidos como frames que selecionam determinados aspectos do fenômeno inclusivo — como crescimento de matrículas, histórias individuais ou dificuldades estruturais — e lhes atribuem centralidade interpretativa, enquanto outros elementos, especialmente de natureza pedagógica, permanecem secundarizados.

As reportagens analisadas mobilizam, de forma recorrente, dados provenientes do Censo Escolar e de órgãos oficiais, particularmente aqueles relacionados ao aumento das matrículas da educação especial em classes comuns e ao crescimento expressivo do número de estudantes com transtorno do espectro autista na educação básica. Esses dados funcionam como marcadores discursivos de expansão e avanço, estruturando a narrativa jornalística em torno da ideia de ampliação do acesso.

Contudo, a forma como tais informações são articuladas revela que a expansão quantitativa da inclusão assume papel central na construção simbólica do fenômeno. O crescimento das matrículas é frequentemente apresentado como indicador suficiente de avanço, enquanto as condições pedagógicas de permanência e aprendizagem ocupam espaço marginal no discurso jornalístico.

A análise indutiva do corpus permitiu identificar quatro enquadramentos discursivos predominantes:

- a. o discurso da superação individual;
- b. o discurso da crise estrutural da inclusão;
- c. o discurso técnico-político;
- d. o discurso institucional-informativo.

Esses enquadramentos não operam de forma isolada, mas constituem repertório interpretativo relativamente estabilizado por meio do qual a inclusão escolar é representada no espaço público. Cada um deles enfatiza dimensões específicas do fenômeno — moral, administrativa, quantitativa ou institucional — contribuindo

para a construção de uma representação social da educação especial predominantemente associada ao acesso, à gestão e à ampliação de políticas públicas.

De modo significativo, observa-se que, embora os enquadramentos variem em tom e foco, compartilham um traço comum: a baixa centralidade atribuída à dimensão didático-pedagógica da inclusão escolar. A aprendizagem, o currículo, as estratégias de ensino e a reorganização do trabalho docente aparecem de forma periférica nas narrativas analisadas, evidenciando um deslocamento discursivo do núcleo pedagógico para dimensões mais visíveis e comunicáveis ao público amplo.

Essa constatação constitui o eixo interpretativo central do estudo: a cobertura midiática da educação especial opera por meio de uma dupla dinâmica. Ao mesmo tempo em que legitima socialmente o direito à inclusão e amplia sua visibilidade no debate público, desloca o foco do campo pedagógico para os campos moral e administrativo, produzindo uma representação parcial do fenômeno inclusivo.

Nos itens subsequentes, cada enquadramento será analisado de forma detalhada, evidenciando os mecanismos linguísticos, narrativos e temáticos por meio dos quais esses sentidos são produzidos.

5.1. O Discurso da Superação Individual: Moralização e Personalização da Inclusão

O discurso da superação individual configura-se como um dos enquadramentos mais recorrentes na cobertura midiática da educação especial. Nesse frame, a inclusão escolar é narrada

prioritariamente a partir de trajetórias pessoais, convertendo um fenômeno institucional e pedagógico complexo em história individual de conquista e êxito. O eixo interpretativo desloca-se da estrutura escolar para o sujeito, produzindo uma narrativa centrada na capacidade de enfrentamento e adaptação do estudante.

Na reportagem do G1 intitulada “Em um ano, 200 mil alunos com autismo foram matriculados em escolas comuns” (02 abr. 2024), observa-se claramente essa operação discursiva. O dado estatístico — crescimento das matrículas — aparece como pano de fundo legitimador da pauta. Entretanto, a narrativa rapidamente se reorganiza em torno da trajetória de um estudante específico, cuja experiência é apresentada por meio de expressões como “avanço”, “conquista”, “superação de desafios” e “adaptação”.

Do ponto de vista linguístico, tais escolhas lexicais não são neutras. O emprego reiterado de termos associados ao esforço individual produz um efeito de moralização da inclusão, convertendo-a em jornada pessoal de superação. A presença de estruturas sintáticas centradas no sujeito — “ele conseguiu”, “a família lutou”, “a escola acolheu” — reforça a personalização do processo, deslocando a ênfase das condições institucionais para a agência individual.

Essa estratégia narrativa opera por meio de um mecanismo típico do enquadramento jornalístico: a personificação do fenômeno social. Ao traduzir a expansão da educação inclusiva em história individual, a reportagem torna o tema mais inteligível e emocionalmente acessível ao público, mas simultaneamente reduz sua complexidade estrutural. O sucesso da inclusão passa a ser interpretado como resultado de perseverança pessoal e apoio familiar, e não como

consequência de reorganização pedagógica ou de políticas institucionais estruturadas.

De modo semelhante, em matérias que divulgam dados do Censo Escolar, observa-se o uso recorrente de expressões como “avanço significativo”, “aumento expressivo” e “ampliação do acesso”. Embora tais termos remetam ao crescimento quantitativo, a narrativa frequentemente incorpora exemplos individuais para ilustrar esse movimento. A combinação entre estatística e história pessoal produz efeito retórico específico: a expansão da política pública é legitimada pela experiência singular de êxito.

Entretanto, a análise lexical revela assimetria significativa. Termos associados à aprendizagem, currículo, avaliação ou estratégias pedagógicas aparecem com frequência reduzida ou inexistente nas reportagens analisadas. A centralidade discursiva recai sobre “acesso”, “superação” e “desafios”, enquanto categorias próprias do campo pedagógico permanecem periféricas.

Esse padrão evidencia dois movimentos discursivos articulados:

1. Individualização do sucesso, que atribui centralidade ao sujeito e às suas estratégias de enfrentamento;
2. Deslocamento do pedagógico para o moral, no qual a inclusão é representada como conquista ética e social, e não como processo didático-institucional.

Ao confrontar essa construção com a produção acadêmica da Educação Especial, evidencia-se um distanciamento significativo. Enquanto a literatura enfatiza conceitos como diferenciação pedagógica, planejamento colaborativo e desenho universal para a

aprendizagem, tais categorias não estruturam o discurso midiático analisado. A linguagem jornalística privilegia narrativas de impacto emocional e identificação individual, reforçando uma representação social da inclusão como experiência exemplar, mas excepcionalizada.

Assim, o discurso da superação individual cumpre dupla função: amplia a legitimidade social da inclusão ao evidenciar histórias de êxito, mas simultaneamente contribui para a invisibilização das dimensões pedagógicas que sustentam a escolarização inclusiva. A inclusão aparece como conquista individual e avanço social, mas raramente como processo coletivo de transformação da escola.

5.2. O Discurso da Crise Estrutural da Inclusão: Escassez, Sobrecarga e Construção da Inviabilidade

O discurso da crise estrutural configura-se como enquadramento recorrente na cobertura midiática da educação especial, operando por meio da ênfase nas limitações operacionais das redes de ensino para garantir condições adequadas de escolarização aos estudantes público-alvo da educação especial. Diferentemente do discurso da superação individual, que personaliza o êxito, este enquadramento organiza a narrativa a partir da escassez, da insuficiência e do conflito institucional.

Na reportagem intitulada “No Censo, 30% dos municípios dizem não ter profissionais de apoio para alunos com deficiência” (Jornal de Brasília, 3 fev. 2024), o dado estatístico é mobilizado como eixo estruturador do argumento. A ênfase recai sobre a “ausência”, a “falta” e a “insuficiência” de profissionais, categorias lexicais que constroem semanticamente a ideia de déficit estrutural. O

crescimento das matrículas, que em outros contextos aparece como indicador de avanço, é aqui reinterpretado como fator de sobrecarga e pressão sobre o sistema educacional.

A recorrência de termos como “não têm”, “carecem de”, “sobrecarga”, “déficit” e “escassez” produz efeito discursivo de inviabilidade operacional. A inclusão escolar é representada como política legítima em princípio, mas ameaçada por condições materiais insuficientes. O foco desloca-se da aprendizagem para a gestão de recursos humanos, particularmente a presença ou ausência de mediadores e profissionais de apoio.

Esse enquadramento é reforçado por depoimentos de professores e gestores que relatam dificuldades cotidianas, ampliando a percepção de que a expansão da inclusão ocorre em ritmo superior à capacidade de organização das redes de ensino. A narrativa tende a associar diretamente o aumento das matrículas à intensificação da demanda por suporte especializado, estabelecendo relação causal simplificada entre crescimento quantitativo e crise estrutural.

Do ponto de vista do enquadramento, observa-se que a problemática da inclusão é reinterpretada sob lógica administrativa. A questão central deixa de ser “como ensinar em contextos inclusivos?” e passa a ser “como garantir recursos suficientes?”. Ainda que a literatura acadêmica reconheça a importância das condições estruturais para a efetivação da inclusão, o discurso midiático tende a reduzir o debate à ausência de profissionais e à insuficiência orçamentária, deslocando a dimensão pedagógica para segundo plano.

Essa operação discursiva produz efeito ambivalente. Por um lado, o discurso da crise estrutural funciona como mecanismo de denúncia das limitações reais enfrentadas pelas redes públicas, conferindo visibilidade a problemas concretos. Por outro, ao enfatizar predominantemente a falta e a sobrecarga, contribui para a consolidação de uma representação social da inclusão como política permanentemente tensionada e operacionalmente frágil.

A repetição de narrativas centradas na escassez pode reforçar a percepção de que a inclusão constitui desafio quase insustentável para o sistema educacional, especialmente quando associada à judicialização do acesso a mediadores ou à ampliação acelerada das matrículas. Nesse contexto, a inclusão é simbolicamente associada à ideia de risco administrativo e pressão institucional, mais do que à transformação pedagógica.

Ao confrontar esse enquadramento com a produção acadêmica da Educação Especial, evidencia-se novamente um deslocamento discursivo. Enquanto a literatura enfatiza a reorganização do trabalho docente, o planejamento colaborativo e a construção de culturas inclusivas, o discurso midiático privilegia a dimensão gerencial da política educacional. A inclusão aparece como problema de infraestrutura e recursos humanos, e não como processo formativo que exige transformação das práticas de ensino.

Assim, o discurso da crise estrutural opera simultaneamente como denúncia legítima e como mecanismo de simplificação simbólica. Ao destacar a escassez como eixo interpretativo predominante, contribui para a construção de uma imagem pública da inclusão associada à insuficiência permanente, obscurecendo experiências

pedagógicas inovadoras e restringindo o debate à dimensão administrativa do fenômeno.

5.3. O Discurso Técnico-político: Quantificação, Tecnificação e Legitimação da Inclusão

O discurso técnico-político constitui enquadramento recorrente na cobertura midiática da educação especial, especialmente em reportagens centradas na divulgação de dados oficiais, marcos normativos e debates sobre políticas públicas educacionais. Nesse frame, a inclusão escolar é apresentada predominantemente como fenômeno mensurável e administrável, cuja evolução pode ser acompanhada por indicadores quantitativos e decisões institucionais.

Na reportagem “Cresce número de alunos com autismo nas escolas brasileiras, aponta Censo Escolar” (Agência Brasil, 18 mar. 2024), os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) estruturam integralmente a narrativa. Percentuais de crescimento, números absolutos e comparações interanuais organizam o texto, conferindo-lhe aparência de objetividade técnica. A inclusão é apresentada como movimento ascendente, traduzido em curvas estatísticas e progressão numérica.

Do ponto de vista discursivo, a centralidade dos números produz efeito de neutralidade e legitimidade. A estatística funciona como dispositivo retórico de validação, deslocando a interpretação do campo opinativo para o campo técnico. Ao quantificar a inclusão, o discurso jornalístico sugere que seu avanço pode ser mensurado de forma objetiva, convertendo um processo pedagógico complexo em indicador numérico de expansão.

Dinâmica semelhante pode ser observada na reportagem da Folha de S.Paulo intitulada “Inclusão avança, mas escolas ainda enfrentam desafios para atender alunos com deficiência” (28 jan. 2023). Embora a matéria articule crescimento de matrículas e dificuldades estruturais, o eixo organizador permanece quantitativo. O aumento percentual das matrículas aparece como dado primário, enquanto as discussões sobre ensino, currículo e aprendizagem surgem de forma secundária.

Esse enquadramento evidencia processo de tecnificação da inclusão, no qual a política educacional é narrada a partir de categorias administrativas — metas, indicadores, crescimento percentual, cobertura — aproximando a linguagem jornalística do vocabulário burocrático. A presença de especialistas e fontes institucionais reforça essa racionalidade técnica, conferindo autoridade ao discurso.

Entretanto, a análise revela assimetria relevante. Embora o discurso técnico-político incorpore dados e especialistas — elementos que o aproximam parcialmente do campo acadêmico — a dimensão pedagógica permanece sub-representada. A aprendizagem raramente aparece como indicador central; o foco recai sobre matrícula, cobertura e implementação normativa. A qualidade dos processos escolares é implicitamente substituída pela expansão quantitativa do acesso.

Essa operação discursiva produz efeito simbólico significativo: a inclusão passa a ser compreendida como política exitosa quando seus números crescem. O aumento das matrículas torna-se sinônimo de avanço, independentemente da análise das condições

pedagógicas que sustentam a escolarização. O sucesso é mensurado em termos estatísticos, não didáticos.

Ao confrontar esse enquadramento com a produção acadêmica da Educação Especial, observa-se novamente um deslocamento interpretativo. A literatura reconhece a importância dos marcos normativos e da ampliação do acesso, mas enfatiza que a efetividade da inclusão depende da transformação das práticas escolares e da construção de culturas pedagógicas inclusivas. O discurso midiático, ao privilegiar indicadores quantitativos, tende a consolidar representação da inclusão como fenômeno administrativo, e não como processo formativo.

Assim, o discurso técnico-político desempenha dupla função. Por um lado, contribui para legitimar publicamente a inclusão ao evidenciar sua expansão no sistema educacional brasileiro. Por outro, ao reduzir o fenômeno à lógica da quantificação e da gestão, participa da invisibilização das dimensões pedagógicas que constituem o núcleo da escolarização inclusiva.

5.4. O Discurso Institucional-informativo: Institucionalização Narrativa e a Construção do Progresso da Inclusão

Além dos enquadramentos centrados em narrativas individuais, na crise estrutural e na quantificação técnico-política da inclusão, a cobertura midiática da educação especial também apresenta conjunto de reportagens caracterizadas por um discurso institucional-informativo. Nesse enquadramento, a inclusão escolar é narrada predominantemente a partir da divulgação de iniciativas governamentais, programas educacionais e indicadores oficiais,

assumindo a forma de comunicação institucional ampliada no espaço público.

Nesse tipo de abordagem, a reportagem aproxima-se de um formato informativo baseado na circulação de dados e declarações institucionais, com menor presença de problematização crítica ou análise pedagógica. A inclusão aparece como política pública em expansão, sendo apresentada por meio da comunicação de resultados administrativos, ampliação de serviços e divulgação de programas governamentais.

Esse enquadramento pode ser observado, por exemplo, na reportagem “Cresce em 44% o número de estudantes com autismo na educação básica” (Agência Brasil, 4 abr. 2025), baseada em dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O texto enfatiza números nacionais, percentuais de crescimento e declarações institucionais que associam diretamente o aumento das matrículas ao avanço das políticas inclusivas. A narrativa organiza-se em torno da divulgação de resultados administrativos, priorizando a comunicação de dados oficiais em detrimento da análise das condições concretas de escolarização.

Do ponto de vista discursivo, esse enquadramento evidencia processo de institucionalização narrativa, no qual o discurso jornalístico opera como mediador da comunicação governamental. A reportagem reproduz informações provenientes de órgãos oficiais, conferindo-lhes ampla circulação social e reforçando a legitimidade das políticas educacionais divulgadas. A presença predominante de fontes institucionais e a centralidade dos dados administrativos conferem ao texto caráter informativo e declaratório.

Essa dinâmica contribui para a construção de uma narrativa de progresso linear da inclusão, na qual a ampliação das matrículas e a implementação de programas educacionais são apresentadas como evidências contínuas de avanço. A política pública é narrada como processo cumulativo e progressivo, marcado por indicadores positivos e expansão de serviços, o que reforça a percepção de consolidação da inclusão no sistema educacional brasileiro.

Entretanto, a ausência de problematização das condições concretas de implementação dessas políticas nas escolas limita a compreensão pública da complexidade do processo inclusivo. Aspectos relacionados ao cotidiano pedagógico — como organização do ensino, formação docente, práticas avaliativas e estratégias de aprendizagem — permanecem marginalizados na narrativa institucional-informativa.

Do ponto de vista analítico, esse enquadramento apresenta menor tensão em relação à produção acadêmica da Educação Especial, uma vez que compartilha com a literatura da área o reconhecimento da importância das políticas públicas para a ampliação do acesso à educação. Contudo, ao privilegiar a divulgação de resultados administrativos e indicadores institucionais, o discurso midiático tende a reforçar uma compreensão da inclusão centrada na dimensão programática da política educacional.

Assim, o discurso institucional-informativo desempenha papel relevante na legitimação pública da educação inclusiva, ao tornar visíveis ações governamentais e avanços administrativos. Ao mesmo tempo, contribui para a consolidação de uma representação social da inclusão associada ao progresso institucional e à expansão de programas, reforçando a tendência identificada ao longo desta

análise: a centralidade atribuída às dimensões administrativas e quantitativas da inclusão em detrimento da discussão sobre os processos pedagógicos que sustentam a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

5.5. Síntese Interpretativa: a Inclusão Entre Visibilidade Social e Invisibilidade Pedagógica

A análise dos diferentes enquadramentos discursivos identificados na cobertura midiática da educação especial — superação individual, crise estrutural, discurso técnico-político e discurso institucional-informativo — permite compreender que a inclusão escolar ocupa posição consolidada na agenda pública brasileira. Essa visibilidade está diretamente relacionada ao crescimento das matrículas da educação especial nas classes comuns e à ampliação das políticas educacionais voltadas ao público-alvo da educação especial, fatores que ampliaram a presença do tema no debate social e midiático.

Entretanto, a análise evidencia que essa visibilidade não se produz de forma neutra ou homogênea. Ao contrário, ela é mediada por enquadramentos discursivos que selecionam determinados aspectos do fenômeno inclusivo e lhes atribuem centralidade interpretativa, enquanto outras dimensões permanecem marginalizadas. Cada um dos discursos identificados enfatiza elementos específicos da inclusão: no discurso da superação individual, a inclusão é representada como trajetória pessoal de êxito; no discurso da crise estrutural, como política tensionada pela escassez de recursos; no discurso técnico-político, como processo mensurável por indicadores educacionais; e no discurso institucional-informativo, como política pública em expansão.

Apesar dessas diferenças de enfoque, os quatro enquadramentos convergem na produção de uma representação social relativamente estabilizada da inclusão escolar, na qual o fenômeno é predominantemente associado às dimensões do acesso, da gestão educacional e da ampliação de políticas públicas. A inclusão aparece como conquista social, desafio administrativo ou indicador de expansão do sistema educacional, mas raramente como processo pedagógico complexo que envolve reorganização do ensino, revisão curricular e transformação das práticas escolares.

Nesse sentido, observa-se um deslocamento discursivo significativo: enquanto a produção acadêmica da Educação Especial tem enfatizado a centralidade da aprendizagem, do planejamento pedagógico e da construção de culturas escolares inclusivas, o discurso midiático tende a privilegiar dimensões mais imediatamente visíveis e comunicáveis ao público amplo. Histórias individuais de superação, conflitos institucionais, dados estatísticos e ações governamentais tornam-se os principais elementos narrativos por meio dos quais a inclusão é representada socialmente.

Esse deslocamento produz o que se pode denominar de assimetria discursiva entre visibilidade social e invisibilidade pedagógica. A inclusão torna-se altamente visível enquanto política pública e direito social, mas permanece relativamente invisível em sua dimensão didático-pedagógica, que constitui precisamente o núcleo da escolarização inclusiva. Em outras palavras, o processo de inclusão aparece publicamente consolidado quando analisado a partir do acesso e da expansão das matrículas, mas suas implicações pedagógicas permanecem pouco exploradas no debate público.

Esse resultado evidencia um distanciamento entre o discurso midiático e a produção acadêmica da área. Tal distanciamento, contudo, não deve ser interpretado como oposição entre mídia e conhecimento científico, mas como expressão de lógicas distintas de produção discursiva. Enquanto o campo acadêmico opera com maior complexidade analítica e problematização conceitual, o discurso jornalístico tende a privilegiar narrativas sintéticas, exemplos concretos e dados facilmente comunicáveis ao grande público.

Nesse contexto, a mídia desempenha papel ambivalente na construção social da inclusão escolar. Por um lado, contribui para ampliar a visibilidade pública do direito à educação de estudantes público-alvo da educação especial, fortalecendo a legitimidade social das políticas inclusivas. Por outro, ao privilegiar dimensões sociais, administrativas e quantitativas da inclusão, participa da construção de uma compreensão pública parcial do fenômeno, na qual os desafios pedagógicos que sustentam a escolarização inclusiva permanecem relativamente invisíveis.

Assim, os resultados desta pesquisa indicam que a educação especial ocupa espaço consolidado no debate midiático contemporâneo, mas que os enquadramentos predominantes contribuem para deslocar o foco do processo inclusivo do campo pedagógico para os campos moral, administrativo e institucional. Tal constatação reforça a importância de ampliar a circulação social das discussões produzidas no campo acadêmico da Educação Especial, de modo a fortalecer no debate público a centralidade do ensino, da aprendizagem e das práticas pedagógicas como dimensões fundamentais da inclusão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como a educação de estudantes público-alvo da educação especial tem sido representada na grande imprensa brasileira entre 2021 e 2025, identificando os principais enquadramentos discursivos mobilizados nas reportagens e examinando suas aproximações e distanciamentos em relação à produção acadêmica contemporânea da área da Educação Especial.

A análise das reportagens permitiu identificar a presença de quatro enquadramentos discursivos predominantes — superação individual, crise estrutural, discurso técnico-político e discurso institucional-informativo — por meio dos quais a inclusão escolar é narrada e interpretada no espaço midiático. Esses enquadramentos evidenciam que a educação inclusiva ocupa posição consolidada na agenda pública, especialmente em contextos relacionados ao crescimento das matrículas, à divulgação de dados educacionais e à discussão das condições estruturais das redes de ensino.

Entretanto, os resultados indicam que essa visibilidade é construída a partir de recortes interpretativos que privilegiam dimensões sociais, administrativas e quantitativas da inclusão. Narrativas de superação individual, relatos de dificuldades estruturais e análises baseadas em indicadores educacionais tendem a organizar a compreensão pública do fenômeno, enquanto os processos pedagógicos que sustentam a escolarização inclusiva — como organização curricular, práticas de ensino e estratégias de aprendizagem — aparecem de forma marginal nas reportagens analisadas.

Nesse sentido, o estudo evidencia a existência de uma assimetria entre a centralidade atribuída à inclusão enquanto política pública e a limitada visibilidade de sua dimensão pedagógica no debate público. A inclusão escolar é socialmente representada predominantemente como questão de acesso, gestão ou expansão institucional, permanecendo relativamente invisível enquanto processo pedagógico complexo que envolve transformações no interior das práticas escolares.

Essa constatação não deve ser interpretada como oposição entre discurso midiático e produção acadêmica, mas como expressão de lógicas distintas de produção de conhecimento. Enquanto o campo acadêmico privilegia análises aprofundadas sobre ensino, aprendizagem e organização pedagógica da escola inclusiva, o discurso jornalístico tende a operar por meio de narrativas sintetizadas e de maior apelo social, frequentemente centradas em histórias individuais, dados estatísticos ou ações institucionais.

Como contribuição, o estudo evidencia a importância de aproximar o conhecimento produzido no campo da Educação Especial do debate público mais amplo, ampliando a circulação social de discussões relacionadas às dimensões pedagógicas da inclusão escolar. Fortalecer esse diálogo pode contribuir para a construção de compreensões mais complexas sobre os desafios contemporâneos da escolarização inclusiva e para a qualificação do debate público sobre políticas educacionais voltadas ao público-alvo da educação especial.

Como desdobramento, sugerem-se pesquisas futuras que investiguem a recepção desses discursos midiáticos por professores, gestores escolares e famílias, bem como estudos comparativos entre

diferentes meios de comunicação ou contextos nacionais. Tais investigações podem aprofundar a compreensão das relações entre mídia, educação e produção social de sentidos sobre a inclusão escolar, contribuindo para ampliar o diálogo entre pesquisa acadêmica, políticas educacionais e debate público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Cresce número de alunos com autismo nas escolas brasileiras, aponta Censo Escolar.** Brasília, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Cresce em 44% o número de estudantes com autismo na educação básica.** Brasília, 4 abr. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** 2. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

ENTMAN, Robert. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm.** *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

FOLHA DE S.PAULO. **Inclusão avança, mas escolas ainda enfrentam desafios para atender alunos com deficiência.** São Paulo, 28 jan. 2023. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

G1. **Em um ano, 200 mil alunos com autismo foram matriculados em escolas comuns.** 2 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 20 maio 2025.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica: notas estatísticas.** Brasília: INEP, 2024.

JORNAL DE BRASÍLIA. **No Censo, 30% dos municípios dizem não ter profissionais de apoio para alunos com deficiência.** Brasília, 3 fev. 2024. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. **The agenda-setting function of mass media.** *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387–405, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

REVISTA FÓRUM. **A inclusão escolar e os desafios das redes de ensino brasileiras.** São Paulo, 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

¹ Doutoranda em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, São Paulo, Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1342-3406>

² Professora Doutora em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, São Paulo, Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8961-3617>